

As Leituras Elementares da Vida Acadêmica: Estudos sobre a Relação entre Humanos e Animais



Por Ana Paula Perrota

1. Introdução

Quando fui convidada a apresentar o campo das relações entre humano e animais, e comecei a imaginar como faria esse texto, tive a impressão de que a tarefa consistiria em expor a própria formação do campo. Pois se por um lado, essas pesquisas podem ser compreendidas através de trabalhos que enfocam certa relação entre humanos e animais em dada situação social, por outro lado, esse esforço investigativo prescinde do conhecimento de algumas abordagens conceituais e teóricas que não se limitam ao campo. Esses trabalhos podem ser considerados ainda responsáveis pela criação do próprio campo, e continuam sendo bibliografias obrigatórias para as pesquisas sobre a relação entre humanos e animais. Portanto, apresentar o campo significa apresentar um conjunto de textos que vão além dele, e que foram fundamentais para a

inauguração nas Ciências Sociais, e na Antropologia mais particularmente, de uma nova “questão animal”.

O debate a partir dos autores que veremos aqui é o que garante a característica própria do campo, pois a presença dos animais nos trabalhos antropológicos não é exatamente uma novidade. E nem poderia ser, tendo em vista que humanos e animais sempre habitaram esse mundo juntos. Em trabalhos clássicos da disciplina como os Nuer, de Evans-Pritchard, e em Pureza e Perigo, de Mary Douglas, os animais possuem importância central para as reflexões, mas como se fizessem parte de uma natureza que existiria extrinsecamente às sociedades humanas, e sendo então discutidos como objetos dos quais símbolos são projetados, permitindo a compreensão de lógicas sociais dos grupos estudados.

Os animais também possuem relevância nos trabalhos de Claude Lévi-Strauss, e o antropólogo poderia aparecer destacado em razão da importância que adquire nesse debate. Um argumento para justificar esse ponto poderia ser o de que o antropólogo elaborou a ideia fundamental de que animais não são bons para comer, mas são bons para pensar. A importância de Lévi-Strauss para o debate sobre a relação entre natureza e cultura é reconhecida por Phillipe Descola, que inclusive diz que não é tarefa fácil compreender essa dimensão em sua obra. No texto “As duas naturezas de Lévi-Strauss” (2011), Descola se propõe a analisar essa chave. E claramente, como não faria melhor, indico nessa introdução o artigo de Descola, para a melhor compreensão da bibliografia de Lévi-Strauss.

O interesse pelo animal como o “outro” é confeccionado, portanto, a partir de um aparato teórico desenvolvido nas últimas décadas e que nos levou à possibilidade de pensa-los como agentes que nos acompanham na constituição do mundo social. É preciso considerar então que o campo é formado tanto por pesquisas etnográficas, quanto por esses outros trabalhos de cunho conceitual e teórico que são imprescindíveis para a sua elaboração. E em todos esses trabalhos, veremos os esforços por parte dos autores de pensar de maneira aproximada o que “nasceu” na modernidade para ser distanciado: a relação entre humanos e animais.

Gostaria de fazer uma ressalva acerca da existência de uma interface substancial com o debate filosófico, mas que não será explorada aqui, pois talvez fosse preciso mais uma sessão para desenvolver o diálogo. Então cito apenas os nomes de Michel Serres, Isabelle Stengers, Vinciane Despret, Jean-Marie Schaeffer, Jean-François Braunstein e Etienne Bimbenet que possuem trabalhos em diálogo direto com as pesquisas acerca da relação entre humanos e animais.

2. Desfazendo fronteiras ou os cânones do pensamento ocidental:

Os trabalhos que serão discutidos nessa sessão realizam o esforço de questionar os dualismos característicos do pensamento conceitual e teórico e que são dominantes na modernidade: além da divisão entre natureza e cultura, decorrem daí também os dualismos entre pessoas e coisas, materialidades e agências, mente e corpo, humano e animal, sujeito e objeto e etc. As Ciências Sociais constituem-se a partir dessa divisão de modo que estas se ocupariam do polo humano-social, enquanto a natureza seria alvo de preocupação das Ciências Naturais. Mas, desde a década de 1970 vem havendo uma profusão de trabalhos que lançaram suspeitas sobre a percepção de que natureza e cultura fariam parte de domínios ontológicos opostos e irreconciliáveis. Termos como virada ontológica, virada animal, estudos animais são utilizados para identificar os autores que serão apresentados nessa sessão.

O antropólogo Roy Wagner é um dos autores que lançaram as primeiras questões fundamentais sobre tal separação. O antropólogo debate em seu livro “A invenção da cultura” (2010) perspectivas indicativas de que a disciplina deveria ultrapassar os limites de suas próprias convenções, sendo eles justamente ligados à divisão entre natureza e cultura. Este livro traduzido, recentemente e, publicado originalmente em 1975, pode ser identificado com um trabalho pioneiro entre aqueles que realizam o esforço de questionar, em primeiro lugar, os “pressupostos sacrossantos” da ideia de uma natureza inata e autoevidente. E em segundo lugar, apontar como a Antropologia compartilharia

dessa “fé na primazia e no caráter inato do “natural”. Em razão disso, Wagner aponta que os trabalhos etnográficos seriam responsáveis por transformar outros mundos em “meros símbolos” na medida em que os compreenderiam apenas outras classificações de uma realidade já dada. Conforme os “outros” mundos não sejam apenas a versão de uma realidade única e natural que “nós” conhecemos, mas se constituem como esquemas culturais e conceituais análogos aos “nossos”, deveríamos, enquanto antropólogos, pensar, para além da separação entre natureza e cultura, sujeito e objeto.

Na esteira desse debate, outros dois antropólogos traçaram caminhos igualmente basilares sobre essa problemática. Tanto Bruno Latour quanto Tim Ingold figuram atualmente como expoentes de um novo percurso dado pelas Ciências Sociais. Os autores possuem uma produção bibliográfica ampla a partir do esforço de desfazer as fronteiras constituídas na modernidade e não seria possível abarcar nesse espaço tal material por inteiro.

Trataremos primeiramente de Bruno Latour, através do seu trabalho que poderia ser considerado fundamental para o pesquisador de qualquer área das Ciências Sociais: o livro “Jamais fomos modernos”. Publicado em 1994 no Brasil, essa obra traz reflexões fundamentais acerca da modernidade e da ilusão que possuiu de si mesma a respeito da realização da Grande Divisão entre natureza e sociedade. A “antropologia dos modernos” realizada por Latour, em outras palavras, consiste em um estranhamento do familiar. E o familiar seria a própria epistemologia moderna ou o modo como esse mundo acredita realizar o trabalho de separação entre as leis da natureza exterior e as convenções da sociedade. A modernidade é caracterizada por Latour como um momento da história ocidental em que se acredita na “purificação”, entretanto, por meio das ciências e das técnicas, a modernidade causaria na verdade a proliferação de híbridos, que segundo suas explicações são os quase-objetos, ou seja, elementos que não são nem objetos e nem sujeitos.

Em outro trabalho incontornável para esse campo, o livro *Reagregando o social* (2012), Bruno Latour nos convoca a repensar o que os próprios cientistas sociais entendem por social a partir da Teoria do Ator-Rede. De acordo com Latour, o

“social” é usado para se referir a algo entendido como homogêneo, mas esse termo designa na verdade uma série de associações entre elementos heterogêneos. E, portanto, a sociologia, enquanto ciência do social, deveria se tornar uma atividade em busca das associações, mas não de atores, mas de entes humanos e não humanos que se constituem nas ações. Esse movimento colocaria fim tanto à restrição ocorrida a partir do instante em que cada disciplina (política, biologia, economia, direito, psicologia e etc) teria tomado parte de uma associação, quanto ao esquecimento de que a esfera do social é bem mais ampla que os humanos. Esse debate se desdobra em conjunto com outra área de pesquisa realizada pelo autor que são os estudos etnográficos sobre a ciência feita nos laboratórios.

Em consonância com os trabalhos de Bruno Latour, o antropólogo Tim Ingold também busca a produção de outras possibilidades capazes de superar a distinção entre natureza e cultura, humanos e não humanos, bem como a separação entre os diversos campos científicos. O seu livro chamado “Estar Vivo”, publicado no Brasil em 2015, é um trabalho importante para entendermos esse caminho percorrido pelo antropólogo. O livro é composto por um conjunto de textos desenvolvidos a partir de palestras e de outras publicações com o intuito, como já adianto aqui, de “restaurar a antropologia à vida”.

O seu esforço consiste em desenvolver as possibilidades de observar a vida enquanto um processo de nascimento contínuo, e, ao mesmo tempo, de promovê-la como uma dimensão central das preocupações antropológicas. Por meio dessa concepção, a tarefa de Ingold consiste também na proposta e na defesa de uma nova postura científica geral, comprometida com a abertura e não com o encerramento dos aspectos do mundo que se deseja conhecer, assim como deveria estar implicada com o engajamento e não com o afastamento frente os fenômenos estudados. Portanto, trata-se de um empenho que é tanto crítico à Antropologia quanto ao conhecimento e ao fazer científico ocidental. E que considera imprescindível a diluição das fronteiras instituídas na modernidade em lugar de uma nova percepção do ser no mundo. Tim Ingold pretende desfazer o que as ciências foram programadas para fazer, que é

transformar o mundo em objeto e para tanto o cientista precisaria “colocar-se acima e além do próprio mundo que afirma entender” (2015, pág. 126). Contrariamente, a antropologia proposta a longo desse livro se caracteriza enquanto um entendimento ecológico relacional que prima pelo movimento.

É importante trazer ainda a noção do autor de “emaranhamento”, uma vez que este conceito é primordial para compreender a perspectiva de Ingold acerca da relação entre humanos, não humanos e com o ambiente. A proposta de trazer a vida para o centro das investigações antropológicas, e mais do que isso, compreende-la a partir dos fluxos, das linhas e das configurações que assume é acompanhada do entendimento de que os organismos humanos e não humanos não estão separados do ambiente. Ademais, nem mesmo existiria um ambiente a qual poderiam ou poderíamos estar desligados. De acordo com Ingold, ao viver, traçamos as linhas de nossa história natural e cultural com todos os seres que participam conosco e que também trançam suas linhas, formando a trama da vida. E cada uma dessas trilhas, é compreendida como um fio em um tecido de trilhas. Todas juntas, envolvidas umas nas outras, formam o que o autor chama de “textura do mundo da vida”. E, segundo suas próprias palavras “não tem dentro e fora, logo “ambiente” pode ser melhor vislumbrado como um domínio de emaranhamento” (pág. 120).

E nesse debate não podemos deixar de fora os trabalhos de Eduardo Viveiros de Castro e Phillippe Descola, que possuem um forte diálogo entre si através de suas pesquisas entre populações indígenas sul americanas. Esses autores possuem diversos trabalhos, mas citarei aqui os que foram justamente minhas portas de entrada, e por que não de conversão ao tema após o mestrado. Estes trabalhos são o artigo de Viveiros de Castro intitulado “Pronomes Cosmológicos e o Perspectivismo Ameríndio” (1996) e o de Descola: “Construyendo Naturalezas, Ecología Simbólica Y Práctica”, que compõe o livro *Naturaleza Y Sociedad: Perspectivas antropológicas* (2001), organizado pelo antropólogo ao lado de Gísli Pálsson e que vale a pena ser lido integralmente. Nesses trabalhos é fundamental o debate sobre a existência de ontologias diversas como forma de compreensão da relação entre sociedade e natureza. E enquanto Descola procura reunir um conjunto de ontologias que dariam conta de explicar os

sistemas cosmológicos de sociedades diversas, Viveiros de Castro se preocupa em elaborar o que chamou de “Perspectivismo ameríndio”. Em outras palavras, o antropólogo, ao invés de buscar compreender o ponto de vista nativo, se interrogou sobre “o que é um ‘ponto de vista’ para o nativo”

Conforme o entendimento de Descola, esses sistemas ou ontologias podem ser tratados como um conjunto finito de invariantes culturais, e ele organiza quatro variações: animismo, naturalismo, totemismo e anaologismo. Evocando a noção de animismo recuperada e re-elaborada por Descola, o antropólogo Viveiros de Castro discutirá sobre o que chamou de perspectivismo ameríndio. Podemos entender essa noção como complemento a ideia de animismo, pois se o primeiro fala da continuidade entre humanos e não-humanos, a ideia de perspectivismo trata do que diferencia os seres e coisas no mundo. Diversamente de Descola, que buscou identificar os modos de objetivação da natureza, mas ao mesmo tempo, partindo desse modelo, Viveiros de Castro, ao lado de Tania Stolze Lima, trouxeram uma importante contribuição para esse debate. A noção em torno do Perspectivismo ameríndio trouxe outros elementos que apontam para a necessidade de criticar a universalidade da dualidade natureza – cultura.

3. Diálogos com teorias de gênero

O esforço de colocar a natureza em questão se constituiu de forma igualmente primordial em alguns trabalhos obrigatórios da teoria de gênero. A antropóloga Marilyn Stratern, a filósofa Judith Butler e a filósofa e bióloga Donna Haraway possuem trabalhos valiosos, pois nos ajudam a repensar certas categorias como “naturalmente” dadas. Entre Stratern e Haraway há um diálogo direto entre as questões de gênero e as questões entre humano e animais, sendo ainda mais fortemente presente ao longo de toda a obra desta última. Mas embora esta temática não seja diretamente refletida por Butler, o trabalho dessas autoras em conjunto nos possibilita aberturas imaginativas e teóricas para a elaboração das pesquisas entre humanos e animais.

Desse modo, não cabe aqui entrar na especificidade do debate de cada uma das autoras, mas apontar a importância de alguns de seus trabalhos no sentido de

repensar algumas categorias já, ou até então, profundamente enraizadas tais como gênero, sexo, espécie, raça e etc. E de demonstrar as insuficiências dessas dicotomias. Nesse sentido, o artigo de Stratern intitulado “Sem natureza, sem cultura: o caso Hagen” (2014) debate que entre esses habitantes da Papua-Nova Guiné não é usado o conceito de natureza para descrever o mundo. E as noções de “doméstico” e “selvagem” que utilizam não correspondem aos contrastes entre “cultural” e “natural” tal como é usado no pensamento ocidental. Em diálogo com o que estamos discutindo até aqui, o trabalho de Stratern nos ajuda a perceber como os conceitos utilizados por esse povo não poderiam ser equacionados na nossa divisão entre natureza e cultura.

A antropóloga também entende que esta operação seria um problema ignorado pelas ciências sociais, que comumente empregaria os componentes da divisão natureza e cultura para analisar pares encontrados em outros povos. Este problema também é debatido por Judith Butler, mas centrado na definição do sujeito do feminismo e em diálogo com as consequências políticas de certa ideia do que o termo “mulheres” indica. Em “Gender Trouble” (1990), livro que cito para apresentar essas questões, Butler dialoga com Michel Foucault para pensar em como os regimes de poder criam os conceitos de identidade do sexo e que regulam a sexualidade. Em uma crítica ao que chama de “ontologia pré-social dos indivíduos”, a filósofa entende que não haveria um sujeito existente “antes” das leis, de modo que estas fossem automaticamente a representação desse sujeito não histórico. Mas a formação do sujeito se daria justamente nesses campos do poder.

Para a autora as categorias masculino e feminino são ficções fundacionistas que justificam uma determinada noção de sujeito a partir da hipótese de um estado de natureza, e estas por sua vez fundariam as bases de nossa estrutura jurídica. Então, contrariamente aos estudos filosóficos que entendem que o sexo surge como uma substância em termos metafísicos e se perguntam sobre os aspectos interno das pessoas que determinaram sua identidade através do tempo. A filósofa afirma que a ‘coerência’ e a ‘continuidade’ da ‘pessoa’ não são características lógicas da qualidade da pessoa em si, mas normas de inteligibilidade socialmente construídas e também assim mantidas.

O problema político do feminismo tal como colocado por Butler permitiria pensar no problema político do humanismo ou do animalismo. A partir dos mesmos termos em que coloca em questão a universalidade e a unidade das categorias feminino e masculino, é possível questionar também as categorias humanidade e animalidade. E esse caminho é realizado por Donna Haraway a partir inclusive do diálogo com Butler. Conforme a bióloga e filósofa elabora em uma entrevista¹, teríamos sido criados no mundo como espécies em um “certo sentido foucaultiano de discursos produzindo seus objetos novamente”. Para Haraway, durante os dois últimos séculos, os discursos biológicos sobre a transformação do mundo produziram a nós como espécies, e a outras criaturas também.

E nesse debate, os seus manifestos publicados: “Manifesto ciborgue Ciência, Tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX” (2009) e o “The Companion Species Manifesto: Dogs, People, and Significant Otherness” (2003) são bastante estimulantes para se pensar criticamente sobre como nós fomos construídos como espécies, ao lado de nossos “parceiros”, animais e outras criaturas. Logo nas primeiras páginas do segundo manifesto chama atenção sua perspectiva de que considera a escrita de cães um ramo da teoria feminista ou o contrário. Conforme a perspectiva presente em seus trabalhos, a ideia da inexistência de seres que pré-existem suas relações significa uma abertura a novas ficções e/ou construções políticas que conformam a realidade social e que possuem a capacidade de mudar o mundo. Trata-se, portanto, de um exercício epistemológico, político e de otimismo para se pensar em novas formas de co-constituição e co-habitação do mundo.

Cabe ressaltar ainda que entre nós e as outras criaturas com quem partilhamos o mundo, a autora discute de forma central sobre a existência e o lugar das tecnologias, e mais do que isso, da sua implosão na vida contemporânea como elementos importante de reconfiguração categorial no mundo *natureculture*. E assim como Bruno Latour, também afirma que somos todos híbridos.

¹ https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So104-93131999000200007

4. O estatuto do humano em questão

Nessa sessão apresentarei um debate que se dá a partir do trabalho de Giorgio Agamben, Jacques Derrida, Edmund Leach e Tim Ingold, mas que não se limita a eles, acerca da invenção moderna das noções de humanidade e animalidade enquanto pares opostos e excludentes. Esses quatro trabalhos, de períodos e campos do saber diferentes, discutem igualmente por um lado que não se trata de uma tarefa fácil e óbvia apontar e assegurar a diferença que demarca a separação entre humanos e animais. E por outro lado, que esforços foram e são feitos no sentido de sustentar essa separação, tendo em vista a fragilidade do humano bem como a de sua excepcionalidade.

Começarei essa discussão com o trabalho menos citado nesse debate, que é o de Edmund Leach. O livro “A diversidade da Antropologia” (1982) possui duas sessões incontornáveis a respeito dessa temática: “A unidade do homem” e “Humanidade e Animalidade”. Nesses dois textos, o antropólogo discute que embora a noção de humanidade atualmente seja percebida como um axioma evidente, trata-se de uma invenção recente, que na época das colonizações europeias, havia sido vividamente debatido. A garantia de que todo indivíduo é membro de uma única espécie animal e este fato biológico traz com ele implicações morais se fez a partir de uma invenção garantida no século XX e então “homem, espécie humana, humanidade acabaram por ser tratados como sinônimos permutáveis” (pág. 55). Diante então da tese subjacente de que a unidade biológica e moral do homem não é natural, o autor anuncia o problema real sobre como distinguir essas duas categorias já que não se trata de uma questão zoológica, mas moral.

A incapacidade de definição dessa separação em termos zoológicos é também debatida por Agamben no livro “O aberto: o homem e o animal” (2002), por meio de uma citação de Carlos Lineu que diz o seguinte: “Descartes evidentemente jamais viu um símio”. O zoólogo, considerado o pai da taxonomia moderna, proferiu essa frase diante do que considerava a árdua tarefa de identificar, do ponto de vista das ciências naturais, a diferença entre símios e o homem. Frente essa dificuldade, Agamben discute que o surgimento das ciências humanas no século XIX teria contribuído para o estabelecimento de

fronteiras mais fixas. O filósofo elabora então a ideia em torno do que chama de uma “máquina antropológica dos modernos” para explicar a operação existente na nossa cultura que produz os humanos por meio das oposições homem e animal, humano e inumano.

O ensaio de Jacques Derrida intitulado “O animal que logo sou” é também uma contribuição importante e começa de forma divertida em razão do seu ponto de partida para o livro que foi o fato de ter sentido um incômodo ao se perceber nu e sendo olhado pelo seu gato. Esse mal estar teria ocorrido ainda de uma forma dupla, o filósofo diz que sentiu vergonha de sentir vergonha. Foi então a partir dessa situação que Derrida se colocou a pensar sobre a “questão animal”. É interessante porque podemos também traçar um diálogo entre Derrida e a citação trazida por Agamben de Carlos Lineu, uma vez que nesse trabalho também é lançada a hipótese de que os filósofos ocidentais nunca se viram vistos pelos animais ou, como afirma, se foram vistos não levaram isso em consideração do ponto de vista temático, teórico e filosófico. Jacques Derrida também concorda que os critérios que produzem a separação entre humanidade e animalidade são históricos e não zoológicos, e aponta que tal separação instituiu uma relação inédita e recente.

Acerca desse debate há, por fim, dois trabalhos de Tim Ingold fundamentais: o livro *What is an animal?* (1994a) e o artigo *Humanidade e animalidade* (1994b). O primeiro trabalho é constituído a partir de uma coletânea de capítulos de autores de diferentes disciplinas e segue a proposta do antropólogo de promover um enfrentamento dessa pergunta a partir de um enfoque interdisciplinar. A pergunta indicada no título do livro é tratada de forma relacional ao questionamento que poderíamos fazer sobre “o que é o humano?”. As respostas para tais perguntas demandariam da antropologia e das ciências de forma geral a superação do antropocentrismo contido na tese da singularidade humana. E do etnocentrismo presente na suposição de uma ideia de natureza humana para pensar sobre outras culturas. O antropólogo não pretende dar uma resposta definitiva a tais questionamentos com este livro, mas dar o pontapé inicial para tratar de “aspectos sensíveis e amplamente inexplorados do entendimento da nossa própria humanidade”.

No segundo trabalho citado, Ingold explora essa questão a partir de um enfoque sobre as noções de humanidade e animalidade ao longo da história do pensamento ocidental. E como afirma, os filósofos vêm ao longo dos séculos buscando a essência da humanidade através da pergunta: "O que torna os seres humanos diferentes dos animais, como espécie?". De acordo com Ingold, esse questionamento faz com que a relação entre humano e animal se torne exclusiva, pois confere ao humano um estado alternativo do ser. E então, seguindo as dualidades modernas, a concepção moderna de ser humano também é dividida: "com uma parte imersa na condição física da animalidade, e a outra na condição moral da humanidade". A junção dessas duas condições como sinônimo de humano, como também foi discutido por Leach, faz com que apenas "nós", enquanto espécie, possamos ser considerados "pessoa". Ao seguirmos essa definição seria impossível perguntar até que ponto animais de outras espécies poderiam ser considerados pessoas, ou em outras palavras, como seres dotados das faculdades da linguagem e do pensamento.

Cabe ressaltar que essa discussão pode se enriquecer ainda com o trabalho clássico de Marcel Mauss (2003) a respeito da investigação da noção de pessoa, e de Louis Dumont (1985) sobre o individualismo enquanto um conjunto de ideias e valores característicos da modernidade. Além disso, o debate de Michel Foucault (1988) e Giorgio Agamben (2007) sobre biopolítica, vida nua, são também referências importantes nesse debate para pensar sobre as noções de humanidade e animalidade, bem como as de sujeito e objeto. Todos esses trabalhos colocam em xeque o lugar do humano e os pressupostos humanistas da modernidade.

5. Conceito antropológico de domesticação e as diferentes relações domesticatórias

O conceito de domesticação é uma categoria analítica central no campo das pesquisas sobre a relação entre humanos e animais. O antropológico, Jean Pierre Digard realiza há algumas décadas um esforço contínuo de pensar esse conceito, e mais propriamente o que é possível entender a partir da relação

próxima entre humanos e animais. A jornada antropológica de definição dessa noção dialoga com outros entendimentos acerca do que se define como domesticação. Como por exemplo a noção corrente que pensa os animais domésticos como sendo os animais que vivem conosco em nossas casas, como cães e gatos. E existem os conceitos zootécnicos e jurídicos, entendidos como estreitos por considerarem a domesticação como um processo acabado e estático, ligado a algumas espécies animais.

Em contraposição a essas noções, o conceito antropológico de domesticação consiste numa categoria mais ampla que abrange a relação entre humanos e animais tendo em vista a diversidade das espécies, dos universos sociais e a relação específica entre alguns indivíduos ou grupos animais e alguns indivíduos ou grupos humanos. Esta problemática pode ser vista nos trabalhos do antropólogo Francês Pierre Digard que elabora uma ideia fundamental para pensar a domesticação. Farei a citação aqui do seu artigo intitulado “A biodiversidade doméstica: Uma dimensão desconhecida da biodiversidade animal” (2012) por condensar questões importantes da sua obra e também por ser mais acessível por estar publicado em português. O aspecto fundamental desenvolvido pelo antropólogo repousa sobre a ideia de domesticação como uma “ação domesticadora”. A partir dessa perspectiva a domesticação é entendida como uma ação contínua exercida dia após dia sobre os animais domesticados e que, portanto, deve considerar tanto as situações, quanto os animais singularmente e não a espécie. Afinal, os animais podem se desdomesticar, se asselvajar e até retornarem a vida selvagem.

O interesse da antropologia sobre esse tema parte então do olhar para os modos como grupos sociais exercem a “ação domesticadora” que ocorre “em um momento ou outro, de uma maneira ou de outra, com resultados diversos” (2012, pág. 209). E além disso, cumpriria também o papel investigar os seus diversos sentidos: satisfação de necessidades econômicas, considerações religiosas, curiosidade intelectual ou pulsões psicológicas. O interesse antropológico sobre a domesticação busca ao mesmo tempo enfrentar o fato de que o recorte entre animais domésticos e selvagens não é simples e nem evidente. Existem situações, citadas por Digard, em que a espécie selvagem de

origem e a espécie doméstica permanecem interfecundas, e essa interfecundidade é usada, por exemplo, como técnica de revigoramento. E além disso, algumas espécies apresentam sujeitos selvagens e domésticos com genótipos idênticos ou muito próximos, que garantem uma perfeita interfecundidade.

Soma-se a essa abordagem a perspectiva de Tim Ingold de que a domesticação se trata de um conceito que media a história humana e animal. Esse aspecto é discutido no artigo chamado “From trust to domination” (2001). Nesse trabalho, o autor afirma que a domesticação é o modo como humanos narram a história com os animais, mas que permite ver também como narram a sua própria história, e, portanto veem sua própria humanidade. E então, o autor afirma que no ocidente a domesticação trata-se de “uma história de tentativa de controle e emancipação do mundo natural, ou seja, de sua própria animalidade”. Desse modo, e retomando aqui a discussão de Marilyn Stratern, em ambos os trabalhos fica claro que essas categorias não são iguais em outras sociedades. Mas, ainda é possível discutir conforme os trabalhos citados de Ingold e Stratern como as categorias “domesticado” e “selvagem” permitem a associação com outras “dualidades modernas” e então um entendimento mais amplo acerca de nós mesmos, a partir da separação entre natureza e cultura.

Mas por fim, Ingold discute comparativamente a criação de animais no âmbito da produção industrial, nos sistemas pastoris e a caça entre os caçadores e coletores, argumentando que a ideia de um processo evolutivo ao longo da história a respeito desses modos de relação com os animais é equivocada. De acordo com Ingold, o que se tem são transformações de valores, experiências e vínculos entre humanos e animais. O antropólogo termina esse artigo, discutindo que diferentemente dos outros dois sistemas, o regime industrial de criação animal inaugura de maneira inédita uma relação desengajada entre humanos e animais. Para o antropólogo, foi apenas no regime industrial de criação que animais foram reduzidos a objetos, tanto em termos teórico quanto prático.

A especificidade dos regimes de criação animal industrial não deixou de ser tema importante na obra de diferentes pesquisadores e um tema relevante entre os estudos da relação entre humano e animais. Apesar do seu tom por vezes crítico e normativo, os trabalhos da socióloga francesa Jocelyne Porcher (2011) são uma contribuição importante compreensivamente nesse debate. No livro chamado “Vivre avec les animaux” (2011), a socióloga discute sobre as transformações das representações dos animais de produção e do ofício do pecuarista no sistema industrial e intensivo. A socióloga estabelece uma distinção entre “criação” e “produção” animal. A “produção” animal é caracterizada pela preocupação única com a rentabilidade. Já entre os “criadores” os animais seriam também companheiros de trabalho e de vida. Aqui abro parênteses para citar o trabalho de Donna Haraway (2011) em que também discute sobre as condições compartilhadas de trabalho entre humanos e animais, mas nesse caso, nos laboratórios científicos.

Já a antropóloga, também francesa, Noelli Vialles possui um livro seminal em que discute as transformações ligadas ao abate. No livro “Le Sang e Le Chair” (1987), a primeira questão apresentada diz respeito ao caráter novo dos estabelecimentos criados exclusivamente para a realização do abate, por volta do século XIX. Até então a matança de animais para o consumo era feita pelos açougueiros em vias urbanas. É somente no século XIX que autoridades começaram a impor o afastamento do abate e a construção de lugares exclusivos para a matança. Em razão dessas mudanças, Vialles observa a dissociação inédita entre açougue e abatedouro. Na esteira desse debate sobre animais e produção industrial citarei aqui sem maiores detalhes o artigo de Lévi-Straus (2009) que discute os “males da civilização industrial” a partir da emergência da doença da vaca louca; o artigo da Anna Tsing (2019), que trata dos regimes industriais de produção como “máquinas de replicação”; e, por fim, o artigo de Rhoda Wilkie (2005) sobre “commodities sentientes”.

Permanecendo nesse assunto e ampliando o escopo da discussão sobre domesticidade é importante citar os trabalhos de Phillippe Descola e de James Serpell a respeito das transformações sobre as atitudes humanas perante os animais. Os autores, a partir de enfoques e trabalhos de pesquisa diferentes,

debatem sobre esse tema, demonstrando que a preocupação afetiva ou moral com os animais não se trata de um gesto espontâneo e nem meramente de disposições individuais. E conforme essa perspectiva ambos os autores se interessam em investigar os aspectos históricos e culturais que caracterizam as atitudes humanas em relação aos animais. A atenção sobre esse processo ocorre em razão da observação assinalada por ambos sobre a existência de uma consideração moral crescente em relação aos animais, conjuntamente a reprovação da violência exercida contra eles. E que se desdobram, por exemplo nos movimentos de defesa dos direitos dos animais, e na formação de grupos que se dedicam ao resgate e cuidado, principalmente de cães e gatos abandonados.

O artigo de Serpell, escrito junto com Paul (1994)), nos esclare que a afeição e a simpatia destinadas aos animais domésticos não seriam unicamente vistas entre grupos sociais das classes abastadas e nem seria um fenômeno exclusivamente urbano e ocidental. Mas estaria presente de forma generalizada entre diferentes grupos sociais e contextos socio-históricos. No que diz respeito às sociedades ocidentais, ambos concordam que a afeição e simpatia com os animais ocorreriam sob um viés “antropocêntrico”, ou seja, entre as espécies percebidas como mais próximas de nós “em função do seu comportamento, fisiologia, faculdades cognitivas ou da capacidade que lhes é atribuída de sentir emoções” (DESCOLA, 1998, pág 23). Desse modo, afirmam que mamíferos despertariam maior interesse afetivo que réptis, peixes ou invertebrados. Além disso, Serpell e Elizabeth Paul também observam essa ótica antropocêntrica ao observar que existe a confiança de que as atitudes positivas com os animais poderiam ter papel formativo no desenvolvimento das atitudes humanas em sua relação com outros de “nós”.

Mais um aspecto em comum observado pelos dois autores diz respeito ao fato de que as sensibilidades ocidentais ocorreriam também em relação aos animais que eles chamam de distantes, por não fazerem parte do nosso cotidiano. De acordo com Serpell e Paul, os programas televisivos sobre vidas animais selvagens teriam importância para o aumento da preocupação pública com eles. Já Descola discute sobre a preocupação com outras categorias de animais que não

convivemos, como os animais de produção, laboratório e etc. Em linhas gerais, os autores discutem que essas preocupações não subvertem as dualidades presentes no pensamento ocidental, mesmo entre os grupos considerados radicais por defenderem direitos animais análogos aos direitos humanos.

6. Etnografia multiespécie

Cabe destacar nesse esforço de indicação das leituras elementares, o desenvolvimento da noção de etnografia multiespécie como um trabalho que acompanha os pressupostos citados até aqui e pretende ser um passo além ao se deter no debate metodológico. Portanto, a incorporação de todo o debate teórico nesse caso não se deu unicamente no que diz respeito a como pensar os animais enquanto nossos companheiros, mas também com relação ao desenvolvimento de um novo modo de pesquisa na antropologia. O ensaio de Eben Kirksey e Stefan Helmreich (2010), intitulado *The emergence of multispecies ethnography* é um importante trabalho para apreendermos esse novo método. Conforme os autores discutem, a etnografia multiespécie tem o objetivo focalizar todos os organismos que têm suas vidas e mortes relacionadas com seres humanos.

Esse novo modo de pesquisa inclui os animais, mas não se restringe a eles. De modo que uma “multidão de organismos” que moldam e são moldados por forças políticas, econômicas e culturais são incluídos. Conforme é discutido por esses autores, a etnografia multiespécie é elaborada também a partir de trabalhos que tratam de criaturas que não os animais, com por exemplo a etnografia de Anna Tsing sobre os cogumelos como espécies companheiras. E o trabalho de Eduardo Khon que traz a premissa que não só animais pensam, mas também as florestas.

7. Os trabalhos etnográficos e seus múltiplos campos de pesquisa

Todos esses autores animaram e animam o campo de pesquisas que envolvem múltiplas situações sociais e espécies animais nas relações com os humanos.

Para fazer essa sessão compreendi que seria interessante indicar os primeiros trabalhos produzidos em diálogo direto com os autores que discutimos até aqui. Ao considerar o pioneirismo dessas pesquisas, podemos identifica-las como trabalhos formativos do campo. Ao criar para mim a tarefa enormemente arriscada de mapear o campo das primeiras produções brasileiras sobre o tema, certamente algum trabalho ficará de fora. Com a tentativa de estabelecer algum recorte (ou justificativa), digo que os trabalhos apresentados aqui são também aqueles que foram importantes para a minha entrada nesse campo.

As primeiras pesquisas antropológicas elaboradas foram publicadas em final dos anos 2000 e começo dos anos 2010. Foram quatro teses e duas dissertações, entre 2006 e 2012. A primeira tese foi a de antropólogo Guilherme Sá, defendida em 2006 no PPGAS/MN. Nessa pesquisa o antropólogo realizou um trabalho etnográfico junto com primatólogos para investigar o processo de produção científica da primatologia. A partir desse material, discutiu sobre o coletivo de humanos e não humanos, levando em conta não só primatólogos e primatas, mas a construção de discursos científicos e imagens, por exemplo. O segundo trabalho, é a tese de Felipe Sussekind, defendida também no Museu Nacional, em 2010. O antropólogo realizou uma pesquisa etnográfica sobre a realização de dois estudos científicos a respeito da onça pintada em fazenda de gado no Pantanal. O trabalho se organizou a partir de dois casos tomados como variação de um evento chave, que foi o abate de um bezerro por uma onça pintada.

A terceira tese, publicada nesse mesmo ano, foi a de Felipe Van der Velden, no PPGAS/Unicamp. Nesse trabalho, o antropólogo fez pesquisa de campo na área da etnologia das populações indígenas no Brasil, e enfocou a relação entre essas sociedades e os animais introduzidos pelos europeus, buscando compreender como o grupo indígena concebeu formas práticas e simbólicas para acomodá-los em seu cotidiano. O quarto trabalho foi a tese de Jean Segata, defendida em 2012 no PPGA/UFSC. Nesta pesquisa, o antropólogo analisou o processo de humanização dos animais de estimação, se perguntando sobre como esse processo é produzido. E, para desenvolvê-la, contou com o trabalho de campo

em petshops com clínica veterinária, seguindo os médicos veterinários no exercício de sua profissão.

Farei ainda a citação de duas dissertações de mestrado: a primeira, de Juliana Vergueiro, defendida em 2009 no PPGA/Unicamp. Nesta pesquisa, a antropóloga investigou a construção do estatuto simbólico dos animais comestíveis no contexto industrial brasileiro. Para tanto, prestou atenção no processo de abate, associando-o ao universo do consumo da carne. E a dissertação de Liziane Gonçalves de Matos, defendida em 2012 no PPGAS/UFRGS. A pesquisa foi feita através de um estudo etnográfico sobre o relacionamento entre humanos protetores e animais abandonados. O objetivo do trabalho foi analisar as mudanças de atitudes em relação a esses animais.

Nesse mesmo período, pesquisadores que já atuavam em Universidades brasileiras também passaram a se dedicar a este tema, realizando investigações sobre diversas temáticas. Citarei aqui esses trabalhos iniciais, como os de Andrea Osório (2011) a respeito da relação entre cães e gatos abandonados e os chamados protetores. Os trabalhos de Bernardo Lewgoy e Caetano Sordi (2012) sobre as tensões diante das formas de produção de alimentos de origem animal. Ainda sobre esse tema da alimentação, Juliana Abonizio (2013) tem trabalhos sobre questões morais em torno da comestibilidade dos animais, e inclusive a respeito do que os animais comem. Os trabalhos de Cimea Bevilacqua (2011) que analisa problemáticas entre o status animal e o direito, pensando juridicamente as categorias sujeito e objeto. A antropóloga Nádia Farage (2013) discute o período da reforma sanitária e o sentido dado à presença dos animais nas cidades pelo Estado no contexto dessas transformações. Os trabalhos de Iara Maria De Almeida Souza (2013) abordam as relações entre pesquisadores e roedores no laboratório.

Para além desses autores e ao longo da última década surgiu um corpo substancial de trabalhos produzidos por tantos outros pesquisadores. E também houve a publicação de inúmeras outras teses e dissertações nas diferentes regiões e programas de pós graduação do país. Todos esses trabalhos resultaram na publicação de uma pluralidade de dossiês: **Humano e Animais** (Anuário

Antropológico – DAN/UNB – 2011); **Animais e Humanos** (Revista Antropológicas – PPGA/UFPE – 2013); **Animalidades Plurais** (Revista de @ntropologia da UFSCAR – PPGAS/UFSCAR - 2015); **Humanos e Não-Humanos: estamos ouvindo coisas?** (Caderno de Ciências Sociais – PGCS/UFES – 2015); **Direito dos Animais, Ativismo e Política** (Vivências – UFRN – 2016); **Animals in Anthropology** (Vibrant – ABA – 2016); **Antropologia das relações humano-animal: paisagens simbólico-práticas de coexistência** (Iluminuras – PPGAS/UFRGS – 2016); **Direito dos Animais, Ativismo e Política** (Vivências – UFRN – 2016); **Antropologia e Animais** (Horizontes Antropológicos – PPGAS/UFRGS – 2017); **Animais e Antropologia** (Caderno de Ciências Sociais – PGCS/UFES – 2019); **Da criação ao abate: etnografias dos caminhos da pecuária no Brasil** (Tessituras – PPGA/UFPEL – 2019).

No contexto da América Latina ressalto a importância dos trabalhos de três autoras da Argentina: o de Maria Carman (2017) sobre os ativismos em favor dos direitos dos animais e as tensões dessa ação política com problemas que envolvem os direitos humanos. Além desse tema, a antropóloga tem trabalhos publicados com Valeria Berros (2018) sobre as questões jurídicas e morais envolvendo o pedido aceito de Habeas Corpus para um símio na Argentina. Destaco também o trabalho de Andrea Mastreangelo (2017) que debate sobre as dimensões morais e de proteção aos animais a partir da análise de políticas da vigilância em saúde face à transmissão de doenças zoonóticas. Cabe ressaltar que em alguns países da América Latina existe um debate consistente sobre “Direitos da Natureza” e as três autoras citadas buscam pensar junto “direitos dos animais” e “direitos da natureza”. Entre os pesquisadores brasileiros esse diálogo ainda é um caminho a ser percorrido.

Essa multiplicidade de trabalhos reúne enfoques teóricos e empíricos diversos, realizam diferentes metodologias, mas compartilham do arcabouço teórico e conceitual discutido anteriormente. Esses trabalhos nos mostram ainda a riqueza temática do campo na medida em que as pesquisas sobre a relação entre humanos e animais se fazem a partir de universos muito distintos e permitem o diálogo com os temas clássicos das Ciências Sociais como os estudos sobre

antropologia e/ou sociologia da moral, econômica, jurídica, das emoções, da alimentação, urbana, da saúde, de gênero, das sociedades ameríndias, além de temáticas envolvendo a ciência política e etc.

8. Estudos Críticos animais

Nos anos 2000 observamos também a existência de um campo de pesquisas interdisciplinar chamado Estudos Animais Críticos (Critical Animal Studies – CAS). Preocupado com a conexão entre ativismo e academia, esse campo declara abertamente sua preocupação com o que identificam como o sofrimento e os maus tratos conferidos aos animais. O CAS adquire uma dimensão normativa e política muito bem orientada e que convoca a todos nós a aderirmos ao veganismo como único caminho ético possível. Os autores vinculados a esse campo são enfáticos em afirmar que o CAS não seria apenas outra palavra para designar o campo de estudos da relação entre humanos e animais. E sua orientação política preocupada com a condição dos animais é o elemento distintivo. Para os propósitos desse texto citarei os trabalhos percussores dessa junção entre ciência e engajamento político em favor dos animais: o livro do filósofo Peter Singer, chamado “A libertação animal” (2010). O livro *Jaulas Vazias*, de Tom Regan e o livro de Gary Francione (2013), intitulado *Introdução aos direitos dos animais*. Além desses trabalhos, a obra de Carol Adams, *A política sexual da carne* (2012), também é considerada uma referência obrigatória, e se diferencia dos outros atores pela interseccionalidade ao propor a elaboração de uma “teoria crítica feminista-vegetariana”.

Cabe ressaltar a respeito do CAS, que essa dimensão crítica e o debate com a política também aparece entre os autores anteriormente apresentados, e afinal o que está sendo discutido aqui é justamente que o campo da relação entre humanos e animais surge da constatação de que não há purificações na modernidade. Entretanto, eu diria que nos CAS tal instrumentalização científica atrapalharia o olhar compreensivo para as socialidades mais que humanas e seus conflitos, contradições, nuances e também para as suas dimensões simbólicas. Por isso, compreendo essa abordagem como enrijecida e fechada, deixando de fora ou interpretando de maneira equivocada aspectos importantes

da relação entre humanos e animais. E nesse sentido, entendo ainda que o CAS pode ser investigado pelo próprio campo no sentido de compreendermos o “militantismo acadêmico” em favor dos animais.

9. Conclusão

Após esse rápido percurso pelo campo da relação entre humanos e animais, seria possível dizer que o lamento diante do fato de que animais seriam ignorados pelas Ciências Sociais, ou tratados a margem, como parte da paisagem, não seria mais preciso. Em uma década essa área se consolidou e encontra-se em frutífera expansão, no entanto, certamente é um debate que está só no começo e ainda tem muito a avançar e amadurecer. Inclusive porque esse campo adentra e pressiona os domínios da ética e da política, com desdobramentos ainda que poderíamos dizer inimagináveis.

Obviamente que os estudos antropológicos que se preocupam com o que os animais simbolizam continuam tendo importância, mas este novo campo nos permite olhar essa interrelação de um novo modo e em situações que passavam despercebidos. Os tempos mudaram, nos diz Dominique Lestel (2012), referência importante nesse debate a partir da etologia. E como a mudança é recente, e por que não radical, estamos apenas no começo do enfrentamento das questões em torno da excepcionalidade do humano, sua auto invenção, a invenção dos animais e da cultura, a partir de uma perspectiva que não busca mais distanciar a humanidade da animalidade, mas de aproxima-los. E não restam dúvidas que as pesquisas vinculadas a esse campo serão fundamentais para lidarmos com tais questionamentos. E então, sejam todos bem-vindos aos estudos sobre a relação entre humanos e animais.

Referências bibliográficas:

ABONIZIO, J.. Consumo alimentar e anticonsumismo:veganos e freeganos.. Revista Ciências Sociais Unisinos, v. 49, p. 191-196, 2013.

ADAMS, Carol. A política sexual da carne: a relação entre o carnivorismo e a dominância masculina. São Paulo: Alaúde Editorial, 2012.

AGAMBEN, Giorgio. O aberto: o homem e o animal. Tradução de Pedro Mendes – 2ª ed. – Edição revista – Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017. 162p.

_____. Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BEVILAQUA, Ciméa Barbato. Chimpanzés em juízo: pessoas, coisas e diferenças. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 65-102, jan./jun. 2011.

BUTLER, Judith: Gender Trouble: feminism and the susion of identitybver. New York, Routledge, Champman & Hall, 1990.

CARMAN, María. 2011. Las fronteras de lo humano. Cuanda la vida humana pierde valor y la vida animal se dignifica. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017.

CARMAN, María e BERROS, María Valeria. Ser ou não ser um símio com direitos. Revista Direito FGB, São Paulo | V. 14 N. 3 | 1139-1172 | Set-Dez 2018.

DERRIDA, Jacques. O animal que logo sou. São Paulo: Unesp: 2002.

DESCOLA, Phillipe. Estrutura ou Sentimento: A relação com o animal na Amazônia. MANA: Estudos de Antropologia Social, 4 (1): 23-45, 1998.

_____. As duas naturezas de Lévi-Strauss. Sociologia e Antropologia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. v.1, n.2, 2011.

DESCOLA, Phillipe; PÁLSSON, Gísli. Naturaleza e Sociedad. Perspectivas Antropológicas. México: Siglo Veintiuno Editores, 2001.

DIGARD, Jean-Pierre. Biodiversidade Doméstica. A dimensão desconhecida da biodiversidade animal. Anuário Antropológico. 2011/II. Dezembro de 2012.

DUMONT, Louis. O individualism, uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

FARAGE, N.. No collar, no master: workers and animals in the modernization of Rio de Janeiro. OAC Working Papers Series, v. 18, p. 00-00, 2013.

FRANCIONE, Gary. Introdução aos Direitos dos Animais. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

FOUCAULT, Michel. A história da sexualidade. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: Antropologia do ciborgue. As vertigens do pós-humano. Org. TADEU, Tomaz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

_____. The Companion Species Manifesto: Dogs, people, and significant Otherness. Chicago: Pickly Paradigm Press, 2003.

_____. A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 27-64, jan./jun. 2011.

INGOLD, Tim. What is an animal? London: Routledge, 1994a.

_____. Humanity and Animality. In Tim Ingold (ed.), Companion Encyclopedia of Anthropology, London, Routledge, 1994b, pp. 14-32. (Org.).

_____. Estar Vivo: Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

_____. From trust to domination: an alternative history of human-animal relations. In: The perception of environment. Essays in livelihood, dwelling and skill. New York: Routledge, 2001.

KIRKSEY, EBEN S. e HELMREICH, Stefan. The Emergence of multispecies ethnography. Cultural Anthropology, V. 25, N. 4, NOVEMBER 2010.

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

_____. Ciência em ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade a fora. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

_____. Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012, 399p.

LEACH, Edmund. A diversidade da antropologia. Lisboa: Edições 70, 1982.

LESTEL, Dominique. As Origens Animais da Cultura. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

LEVI-STRAUSS, Claude. A lição de sabedoria das vacas loucas. In: Estudos Avançados 23 (67), 2009.

LEWGOY, Bernardo; SORDI, Caetano. Devorando a carcaça: contracozinhas e dietas alternativas na alimentação animal. *Anuário Antropológico*, v. 2, p. 159-175, 2012.

LIMA, T. S. Um peixe olhou para mim: o povo Yudjá e a perspectiva. São Paulo/Rio de Janeiro: ISA/Editora Unesp/NuTI, 2005. 399 p. v. 1000.

LIZIANE, Gonçalves de Matos. Quando a “ajuda é animalitária”: um estudo antropológico sobre sensibilidades e moralidades envolvidas no cuidado e proteção de animais abandonados a partir de Porto Alegre/RS. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012)

MASTRANGELO, Andrea. Nombre Y rostro, Amistad y parentesco: dimensiones de la relación intersubjetiva humano-perro en un area con leishmaniasis visceral emertente (Depto. Iguazú, Misiones, Argentina. *Revista Vivências*. N. 49, 2017.

REGAN, Tom. *Jaulas Vazias*. Porto Alegre, RS: Lugano, 2006.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac Naify, 2003.

OSORIO, Andrea. Posse responsável: moral, ciência e educação ambiental em um grupo de protetores de gatos de rua. *R@U : Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCAR*, v. 03, p. 51, 2011.

PORCHER, Jocelyne.. *Vivre avec les animaux: une utopie pour le XXI siècle*. Paris: Éditions la découverte, 2011.

SÁ, Guilherme José da Silva. No mesmo galho: ciência, natureza e cultura nas relações entre primatólogos e primatas. Tese (Doutorado em Antropologia - Programa de Pós Graduação em Antropologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

SEGATA, Jean. Nós e os outros humanos, os animais de estimação. Tese (Doutorado em Antropologia Social – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social), Universidade Federal de Santa Catarina, 2012).

SERPELL, James e PAUL, Elizabeth. *Pets and the development of positive attitudes to animal*. In: *Animals and Human Society*. New York: Routledge, 1994.

SINGER, Peter. *Libertação animal*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

SOUZA, Iara Maria de Almeida. Vidas experimentais: humanos e roedores no laboratório. *ETNOGRÁFICA (LISBOA)*, v. 17, p. 241-268, 2013.

SUSSEKIND, Felipe. O rastro da onça. Etnografia de um projeto de conservação em fazendas de gado do Pantanal Sul. Tese (Doutorado em Antropologia - Programa de Pós Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010).

STRATHERN, Marilyn. “Sem natureza/ Sem cultura”. In: Strathern, Marilyn. *O Efeito Etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac & Naify, 2014

TSING, Anna. *Viver nas ruínas: paisagens multispecies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019

VELDEN, Felipe Vander. *Inquietas Companhias: sobre os animais de criação entre os Karitiana*. Tese (Doutorado em Antropologia Social – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social), Universidade Estadual de Campinas, 2010).

VERGUEIRO, Juliana. *O Rigor da morte: a construção simbólica do “animal de açougue” na produção industrial brasileira*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social - Programa de Pós Graduação em Antropologia Social), Universidade Estadual de Campinas, 2009)

VIALLES, Noëlie. *Le sang et la chair*. Ed. De la Maison des sciences de l’homme. Paris: 1987.

VIVEIROS de CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *MANA* 2(2):115-144, 1996.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WILKIE, Sentient commodities and productive paradoxes: the ambiguous nature of human-livestock relations in Northeast Scotland. *Jornal of Rural Studies* 21 (2005) 213-230.

Para citar este texto:

PERROTA, Ana Paula. *As Leituras Elementares da Vida Acadêmica: Estudos sobre a Relação entre Humanos e Animais*. *Blog do Labemus*, 2020. [publicado em 13 de julho de 2020]. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2020/07/13/as-leituras-elementares-da-vida-academica-estudos-sobre-a-relacao-entre-humanos-e-animais>